

CADERNO DISCENTE ESUDA

VOLUME 4, NÚMERO, 1

Convergência contábil internacional nas Pequenas e Médias Empresas: um estudo multicaso em escritórios de prestação de serviços contábeis situados no Município do Recife.

Yratany Pessoa de Pinho Borges Gomes¹
Me. Célio Roberto Isídio de Oliveira²

RESUMO

A pesquisa tem como o objetivo verificar o processo de adoção nos escritórios de contabilidade no município do Recife da NBC TG 1000. Nesse sentido o trabalho evidenciou o entendimento dos profissionais atuantes nos escritórios contábeis quanto à abordagem histórica da contabilidade, a definição de pequenas e médias empresas, a Convergência Internacional Contábil e a Norma Brasileira Contábil (NBC – TG1000). Pelo estudo foram identificados pouco conhecimento histórico da contabilidade, opiniões divergentes do Comitê de Pronunciamentos Técnicos quanto à definição de pequenas e médias empresas e incompatibilidade no que se refere aos princípios para a elaboração das demonstrações contábeis e quais demonstrações que devem ser contempladas pelas pequenas e médias empresas. Diante disso, espera-se que o tema seja mais explorado e conseqüentemente a contabilização das pequenas e médias e mpresas adapte-se à convergência internacional da contabilidade.

Palavras-chave: Convergência Contábil;NBC TG 1000; Pequenas e Médias Empresas.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a contabilidade brasileira é fortemente influenciada pela legislação tributária, as demonstrações contábeis elaboradas buscando atender procedimentos do fisco que nem sempre estão adequados segundo a teoria contábil. Conforme Niyama (2010) no modelo contábil Anglo-saxão a profissão do contador é forte e atuante, há pouca interferência governamental na definição das práticas contábeis e as demonstrações financeiras atendem primordialmente aos investidores, ainda segundo Niyama (2010) no modelo contábil Continental, o qual o Brasil é adepto, a profissão do contador é fraca e pouco atuante, existe uma forte

1 Bacharela em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. Este artigo é a adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso de 2019.1 selecionado para publicação.

2 Mestre em Ciências Contábeis pela UNB/UFRN. Coordenador e professor de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA.

influência governamental nas determinações de padrões contábeis, principalmente de natureza fiscal, e as demonstrações financeiras buscam atender primeiramente aos credores e o governo, sendo a forma de captação de recursos concentrada em bancos e outras instituições financeiras em vez de captá-los em mercados de capitais como é praticado no modelo Anglo-saxão.

Diante dessas diferenças de realidades e com a globalização dos mercados, o surgimento dos blocos econômicos e o crescimento dos investimentos estrangeiros, a contabilidade se tornou uma ferramenta fundamental para os negócios, através dos relatórios contábeis que os principais agentes econômicos buscam informações econômico-financeiras e avaliam riscos para a realização de investimentos, por conseguinte a importância da contabilidade tomou proporções que ultrapassaram fronteiras, e representam atualmente um instrumento de decisão em nível internacional. Contudo a linguagem das demonstrações financeiras não é homogênea mundialmente, nos deparamos com uma variedade de práticas contábeis adotadas em diversos países, dificultando a compreensão, devido à falta de uniformidade, conforme Santos e Oliveira (2013).

Nesse contexto fez-se necessário a adoção de Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) elaboradas e apresentadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) objetivando fornecer um conjunto de normativo que deverá ser adotado como padrão mundialmente para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. No Brasil temos o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) responsável não somente pela emissão de pronunciamentos, mas também de orientações e interpretações técnicas para o entendimento da normatização emanada pelo IASB.

De acordo com o SEBRAE (2018), o Brasil possui mais de nove milhões de pequenas e médias empresas, o que significa dizer que os pequenos negócios representam 27% do PIB (Produto Interno Bruto), por conseguinte diante as pequenas e médias empresa têm recebido foco por partes dos órgãos reguladores no que diz respeito à convergência. A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 1000, ocorreu através da publicação do Pronunciamento Técnico, aprovada através da Resolução CFC nº 1.255/09, inovou na área de pequenas e médias empresas ao

definir padrões contábeis específicos para as empresas de tal porte. A resolução começou a vigorar em 01 de Janeiro de 2010 baseadas no IFRS.

Neste cenário, o objetivo do presente estudo é verificar o processo de adoção nos escritórios de contabilidade no município do Recife da (NBC) TG 1000, analisando o grau utilização e a relevância que os profissionais contábeis dão as normas internacionais de contabilidade aplicadas às pequenas e médias empresas. Ante o exposto, o questionamento que o presente estudo visa elucidar é: Como foi o processo de adoção nos escritórios de contabilidade no município do Recife da (NBC) TG 1000?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Abordagem Histórica da Contabilidade

A contabilidade sempre esteve presente na vida do homem. Mesmo nos tempos mais primitivos, ela pode ser encontrada na sociedade por umas das suas vertentes mais conhecida: o controle, afirmam Coelho e Lins (2010). A preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem desde antiguidade até os dias atuais, e ele teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação patrimonial à medida que a atividades foram desenvolvendo em dimensão e complexidade, explica (IUDICÍBUS, 2004).

O Renascimento, período na história que marca o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, ocasionou a expansão do comércio e o surgimento das organizações estruturadas. Coelho e Lins (2010) relatam que foi nesse contexto que surge também o início do pensamento da contabilidade científica, daí começa uma fase de maior estudo sistemático e organizado, iniciando a formulação de testes, conceitos e teoria. Iudícibus et al. (2009) mencionam que a obra do Frei Luca Pacioli em 1494, foi a primeira literatura contábil relevante, consolidou o método das partidas dobradas, o qual já era praticado no século XIII, o Frade Franciscano ampliou a abrangência do conhecimento contábil, expressando a causa efeito do fenômeno patrimonial com termos débito e crédito.

Segundo Coelho e Lins (2010, p.17) os primeiros usuários da contabilidade em seu contexto científico surgiram em fins do século XIV, quando iniciaram as navegações marítimas que vieram a despontar no século XV. Ludícibus (2004, p.36) afirma que neste período, talvez pela primeira vez, a teoria avança com relação às necessidades e as reais complexidades das sociedades. Esta fase também teve seus expoentes máximos na Itália, que dominou o cenário contábil provavelmente até os primeiros vinte anos do século XX.

O século XX foi ainda mais profícuo no surgimento de grandes autores e doutrinas contábeis, relatam Ludícibus et al. (2009, p.14). A partir da Revolução Industrial e com o surgimento do espírito capitalista, propiciou o desenvolvimento da contabilidade. O trabalho contábil ficou mais complexo diante das novas operações não vistas nas organizações comerciais e industriais, tal trabalho passou a ser base de informações nas gerências para a tomada de decisões.

Como consequência da disseminação dos conhecimentos e das formas de controle das operações comerciais, conceitos, preposições e metodologias eram ensinados aos novos estudantes, porém, nessa época havia muitas divergências de opinião, nesse sentido, existia uma corrente de pensadores (conhecida como escola), que foram importantes na sedimentação de conceitos e na organização contábil atual que continua em busca da harmonização internacional, relatam Coelho e Lins (2010, p. 132). Ainda nas palavras de Coelho e Lins (2010, p.132):

O desenvolvimento científico da contabilidade teve origem na Europa, mais precisamente na Itália. [...] Na Itália, divulgou-se o método das partidas dobradas. Na França e Alemanha, várias correntes de estudiosos contábeis foram desenvolvidas. Na Inglaterra, desenvolveram-se fortemente os procedimentos de auditoria, e lá como se acabou de observar, teve início a Revolução Industrial, que desencadeou uma série de outros eventos que impulsionaram grandemente a contabilidade.

Contudo o continente europeu foi perdendo a hegemonia das questões contábeis, Ludícibus (2004, p.37) explica que dentre as razões que se pode apresentar estão consubstanciadas:

(1) Na relativa falta de pesquisa indutiva sobre a qual efetuar generalizações mais eficazes; (2) em se preocupar demasiadamente com a demonstração de que a contabilidade é ciência, quando o mais importante é conhecer bem as necessidades informativas dos usuários da informação

contábil [...] (3) na excessiva ênfase na teoria de contas, isto é, no uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade, necessária, principalmente, na Contabilidade Gerencial; (4) na falta de aplicação de muitas teorias expostas.

Conforme Ludícibus et al. (2009, p.14) com o surgimento das gigantescas *corporations*, principalmente no início do XX, aliado ao formidável desenvolvimento de mercado de capitais, os Estados Unidos a partir de 1920 passava por ascensão econômica, contribuindo significativamente para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas, e foi diante desse contexto que ocorreu a queda da Escola Europeia (especificamente a Italiana) e o progresso da Escola Norte-americana.

Ainda conforme Ludícibus et al. (2009) os norte-americanos durante o século XX se depararam com situações que afligiam o mercado, na época várias cisões, fusões e mudanças de estruturas das entidades contábeis estavam acontecendo, o desafio era apresentar informações para tomada decisão, e foi nesse cenário que os contadores e os demais usuários da contabilidade da época obtiveram êxito no desenvolvimento da ciência contábil. Coelho e Lins (2010, p. 141) explicam:

Os norte-americanos, desde o princípio, sempre tiveram grande preocupação com usuário da informação contábil e pautavam todas as suas ações na perspectiva de tornar as informações da contabilidade efetivamente úteis para a tomada de decisões. Por essa razão é que sempre procuravam criar metodologias que permitissem uma clara visão dos relatórios contábeis e dos lançamentos que lhe deram origem a fim de facilitar o entendimento dos conceitos e teorias contábeis.

A respeito da Escola Norte-americana Ludícibus (2004, p. 40) acrescenta:

A contabilidade é sempre utilizada e apresentada como algo útil para a tomada de decisões. A teoria contábil americana não deseja, de partida, endeusar demasiadamente a importância da Contabilidade no contexto do conhecimento humano, mas, lenta e seguramente, por meio da solidez dos argumentos apresentados e dos exemplos, o leitor acaba percebendo a verdadeira e efetiva importância desta disciplina, no contexto administrativo.

Nesta busca da praticidade e da apresentação das informações contábeis relevantes e fundamentais para a tomada de decisões surge a FASB (Financial Accounting Standards Board), uma organização estadunidense criada em 1973 para

padronizar os procedimentos da contabilidade financeira de empresas com ações negociadas em bolsa e não governamentais.

2.2 Evolução da Contabilidade no Brasil

Não somente no Brasil, mas em todos os países e em todas as épocas, o surgimento e o desenvolvimento da contabilidade sempre estiveram associados à expansão comercial e econômica da região, esclarece (COELHO; LINS, 2010, p.152).

Schmidt e Santos (2008, p.140) relata que:

Uma das primeiras manifestações contábeis brasileiras, dentro do primeiro estágio de desenvolvimento, ocorreu no reinado de D. João VI. Quando da instalação de seu governo provisório, em 1808, como relata Gomes (1956), foi publicado um alvará obrigando os contadores gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Coelho e Lins (2010) explicam que geograficamente a Itália é um país vizinho de Portugal, o que facilitou a influência na referência contábil do país colonizador do Brasil. Conseqüentemente nossa nação herdou diretamente dos portugueses mecanismos e conhecimentos contábeis para controlar a entrada e saída dos produtos. Essa é uma dos acontecimentos que leva a Ludícibus (2004) a afirmar que o Brasil foi forte e inicialmente influenciado pela Escola Italiana.

Segundo Schmidt e Santos (2008) a evolução contábil no Brasil desde o início teve uma significativa atuação da legislação, notável até os dias atuais. Para Ludícibus (2004), um dos motivos dessa realidade é que “devido a inoperância, até um passado recente, de nossas entidades de auto-regulação, o Governo teve de tomar a iniciativa”.

Schmidt e Santos explicam (2008) explicam que as primeiras quatro décadas do século XX marcaram um período de desenvolvimento contábil, em 1940 foi publicado o Decreto-lei nº 2.627, que instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações brasileiras, onde foram estabelecidos procedimentos para a contabilidade nacional, representando dessa forma um avanço, pois até então, não existia normas

contábeis padronizadas no Brasil. Ainda na mesma década no ano 1946, com a publicação do Decreto-lei 9.295, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão regulador que norteia a profissão contábil. A década de 70 nos apresenta também avanços importantes, especialmente em 1976 com a publicação em 15 de dezembro da Lei 6.404, essa nova Lei das Sociedades anônimas procurou criar a estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no país, alterando substancialmente a estrutura contábil existente até aquele momento. No mesmo ano o governo federal sancionou a Lei 6.385, com objetivo de disciplinar e fiscalizar as atividades do mercado de valores mobiliários, com essa lei criou-se a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) inspirada na SEC (Securities and Exchange Commission) dos EUA, compete a CVM expedir normas aplicáveis às Companhias abertas, como por exemplo, a natureza das informações que devem ser divulgadas e a periodicidade da divulgação.

2.3 Definição de Pequenas e Médias Empresas

Santos e Veiga (2011, p. 03) explicam que as mudanças na área contábil e no mercado empresarial, surgem diversos desafios para as empresas, em especial para micro, pequenas e médias empresas.

Entre as várias definições e classificações podemos citar que segundo a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
II - no caso de empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O Comitê de Pronunciamento Contábil 2018 – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas define que:

Pequenas e médias empresas são empresas que: (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

O MERCOSUL, conforme a Resolução nº59/98 definem que os parâmetros podem ser quantitativos e qualitativos. Quanto aos aspectos quantitativos, se aplicam dois critérios: pessoal empregado e nível de faturamento. Para os fins da classificação prevalecerá o nível de faturamento, o número de pessoas ocupadas será adotado como referência.

2.4 Convergência aos Moldes Internacionais para PME

Com a expansão dos negócios provocada pela globalização, surge a necessidade de critérios de comparação das informações contábeis que facilitassem a compreensão dos relatórios financeiros, ou seja, buscou-se harmonizar os critérios contábeis adotados em todo mundo de forma que as informações fossem transparentes e claras a todos os usuários.

Para um melhor entendimento do processo de harmonização das práticas contábeis, Perez Junior (2009, p. 4) apresenta os seguintes conceitos:

Padronização: Consiste na adoção de regras mais rígidas, sem flexibilização. Caso o processo mundial fosse de padronização, as normas internacionais deveriam ser traduzidas e aplicadas sem qualquer ajuste. **Harmonização:** Busca amenizar as diferenças internacionais. Este é o processo que está sendo aplicado. Os pronunciamentos internacionais são traduzidos e adaptados às características de cada país, sem, entretanto, perder as características básicas de cada pronunciamento. **Uniformidade:** Com a harmonização mundial das normas contábeis as demonstrações contábeis de vários países serão comparáveis porque estarão uniformizadas de acordo com o padrão internacional, porém respeitando as características de cada país. **Convergência:** Processo de implementação das normas internacionais em cada país.

Menezes et al. (p.04, 2014) esclarecem que:

Atualmente o Brasil está passando por um processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. Ao término desse processo, espera-se que as normas contábeis brasileiras estejam mais alinhadas, harmonizadas com as normas internacionais de contabilidade, na tentativa de se atingir um nível de uniformidade entre as demonstrações contábeis brasileiras e as de outros países que aderirem a esse processo.

Até 2007, o CFC era o principal responsável pela edição e interpretações das normas contábeis e de auditoria, válidas para todas as empresas do Brasil, independentemente de sua constituição jurídica e de acordo com as leis brasileiras. Todavia com a significativa expressão econômica das companhias abertas e a necessidade de harmonização com as práticas internacionais contábeis, existia muitas divergências da CVM e do Ibracon. Diante desses impasses em 07 de Outubro de 2005, pela Resolução nº 1.055/05 do CFC foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, centralizações na emissão de normas contábeis, esclarecem (PADOVEZE et al. 2012).

Em julho de 2009, o IASB emitiu o IFRS para pequenas e médias empresas (IFRS for SMEs – The International Financial Reporting Standards for Small and Medium Entities), que foi adaptado ao Brasil pelo CFC em 4 de dezembro de 2009 e incorporado às normas contábeis brasileiras por meio do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Segundo a Resolução CFC nº 1.255/2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41, a aplicação desse pronunciamento encontra-se em vigor desde 1º de janeiro de 2010, destinado às pequenas e médias empresas para tratar da adoção de práticas contábeis em consonância com as normas internacionais emitidas pelo IASB (CFC, 2009).

Menezes et al. (p.04, 2014) explicam que:

O Pronunciamento Técnico PME consiste numa versão simplificada do CPC completo, sendo um pronunciamento único e independente. Trata-se, portanto, de um texto menor em que foram eliminados princípios sobre operações complexas que raramente existiriam nas empresas de pequeno e médio porte, em que se verifica a opção pela simplificação dos

reconhecimentos e mensurações, além da redução do volume e da complexidade das informações requeridas.

2.5(NBC) TG 1000 – NORMAS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A NBC TG 1000 (R1) – 2016 esclarece que:

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emite suas normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e promoção do uso dessas normas em demonstrações contábeis para fins gerais no Brasil e outros relatórios financeiros. [...] As normas, interpretações e comunicados técnicos definem as exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados a transações e outros eventos e condições que são importantes em demonstrações contábeis para fins gerais. [...] O objetivo da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL é facilitar a formulação consistente e lógica das normas. Ele também fornece uma base para o uso de julgamento na solução de problemas de contabilidade.

A norma determina algumas características qualitativas para as demonstrações contábeis, que irão melhorar a utilidade da informação, são elas: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, tempestividade, equilíbrio entre custo e benefício.

Marion (2015, p.48) explica que:

Os dados coletados pela Contabilidade são apresentados periodicamente aos interessados de maneira resumida e ordenada, formando, assim, os relatórios contábeis. [...] Dos inúmeros relatórios que há em Contabilidade, destacam-se aqueles que são obrigatórios de acordo com a legislação brasileira. Esses relatórios são conhecidos como demonstrações contábeis.

Em concordância com a NBC TG 1000 as PME's são obrigadas a apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Demonstrações consolidadas e separadas no mínimo.

O Balanço Patrimonial deverá ser apresentado, no mínimo, ao final de cada exercício, evidenciando a natureza dos valores que compõem o patrimônio da

empresa, a origem dos recursos (passivos e patrimônio líquido) e a aplicação dos recursos (ativos), ou seja, apresenta a posição patrimonial e a posição financeira da empresa, explica (RIOS; MARION, 2017).

De acordo com Ribeiro (2014) a Demonstração do Resultado evidencia o resultado operacional que a empresa obteve (Lucro ou Prejuízo) durante o exercício, que se dá normalmente em um ano. Segundo o Pronunciamento Técnico 26 do CPC:

A demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais: (a) receitas; (aa) ganhos e perdas decorrentes de baixa de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; (b) custos de financiamento; (c) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial; (d) tributos sobre o lucro; (e) (eliminada); [...] (f) em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas: (i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos; (ii) lucro bruto; (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais; (iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras; (v) resultado antes dos tributos sobre o lucro; (vi) resultado líquido do período.

Martins et al. (2010, p. 04) descreve que o Resultado Abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

Os conceitos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) – 2016 quanto:

A demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta o resultado da entidade para um período contábil; outros resultados abrangentes para o período; os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período; os valores investidos pelos sócios; e os dividendos e outras distribuições para os sócios na sua capacidade de sócios durante o período. [...] A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação. [...] A demonstração dos fluxos de caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Quanto as Notas Explicativas Rios e Marion (2017, p. 41) interpretam que a finalidade é fornecer informações sobre a estrutura, as práticas contábeis utilizadas,

fontes de incertezas em estimativas, sobre capital, instrumentos financeiros com opção de venda e outras divulgações, dessa forma, complementa as demonstrações contábeis facilitando a clareza da situação patrimonial e financeira da empresa.

Segundo o Pronunciamento Técnico 16 do CPC estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios; no processo de produção para venda; ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços. Martins et al. (2010, p.83) explicam que para fins de mensuração dos estoques, a regra é: valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor [...] deduzidos dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda.

O Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda/1999), tem permitido, apenas, a utilização do método do preço específico, do custo médio ponderado móvel ou a dos bens adquiridos mais recentemente (FIFO ou PEPS). O método UEPS era utilizado esporadicamente, mas não para fins fiscais. A partir do CPC 16 – Estoques, sua utilização não é contabilmente admitida, esclarece Martins et al. (2010). A NBC TG 1000 também exclui o método UEPS para Pequenas e Médias empresas.

No que se refere a Investimentos Rios e Marion (2017, p.47) definem que são aplicações feitas pela empresa em valores que não estejam ligados diretamente às suas atividades operacionais especialmente em títulos e valores mobiliários, sejam em caráter permanente ou temporário. A Norma para PME's traz instruções para elaboração de demonstrações contábeis separadas e demonstrações contábeis combinadas para empreendimentos controlados em conjunto quando o investidor que não é o controlador, mas que tem participação em um ou mais empreendimentos controlados em conjunto (joint venture).

Quanto Ativo Imobilizado a NBC TG 1000 (R1) – 2016 define que:

São ativos tangíveis que: (a) são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos; e (b) que se espera sejam utilizados durante mais do que um período. [...] A entidade deve reconhecer o custo de item de ativo imobilizado como ativo se, e apenas se: (a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (b) o custo do item puder ser mensurado de maneira confiável. [...] A entidade deve mensurar um item do ativo imobilizado no reconhecimento inicial pelo seu custo. [...] A entidade deve mensurar os itens do ativo imobilizado, após

o reconhecimento inicial, pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas.

3 METODOLOGIA

Segundo Cruz e Ribeiro (2004), a palavra método significa o conjunto de etapas e processos a serem ultrapassados ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade. A abordagem do estudo quanto à natureza é aplicada, que segundo Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade. O presente estudo tem um caráter exploratório que de acordo com Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Silva (2010) explica que o objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou para construir hipóteses. Quanto à abordagem dessa pesquisa é qualitativa que nas palavras de Neves (1996), a pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas (entrevista não estruturada, entrevista semiestruturada, observação participante, observação estruturada, grupo focal) que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Alencar (1999) ressalta que na pesquisa qualitativa, o pesquisador inicia o trabalho de campo com pressuposições sobre o problema da pesquisa, originada do paradigma teórico que orienta o estudo.

O Estudo de Caso como ferramenta de investigação científica é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares esclarece Yin (2001, p. 21). Na presente pesquisa far-se-á um estudo de Casos Múltiplos, o qual costuma ser o mais convincente afirma (YIN, 2001).

Para Lintz e Martins (2010, p. 38) questionário é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir,

ou descrever. Para a consecução dos objetivos propostos no estudo serão aplicados questionários nas empresas objeto da pesquisa.

Quanto às fontes de informação utilizar-se-ão os seguintes delineamentos – as pesquisas bibliográficas e de campo e sua aplicação no âmbito das empresas pesquisadas.

4 ANÁLISE DE DADOS/ RESULTADOS

Esta análise tem por finalidade relatar os resultados e dados encontrados e demais esclarecimentos colhidos mediante estudo de múltiplos casos. As questões definidas no questionário foram adotadas para auxiliar se existem dificuldades na aplicabilidade da NBC TG 1000 pelos escritórios de contabilidade no município do Recife, o questionário foi impessoal sendo assim e as empresas denominadas de “A”, “B” e “C”. Contendo 32 questões, foram elaboradas algumas perguntas para compreender os perfis das empresas, as quais estão relacionadas na tabela abaixo:

Tabela 1

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
Tempo de mercado	05 anos	09 anos	08 anos
Nº de funcionários	De 20 a 30	Abaixo de 20	De 20 a 30
Faturamento anual	De R\$ 400.000,00 até 800.000,00	Abaixo de R\$ 100.000,00	De R\$ 200.000,00 até R\$ 400.000,00
Auto avaliação no mercado	Um pouco acima	Na média	Na média
Planejamento para o futuro	Crescer	Permanecer como está	Crescer

Fonte: Elaboração própria (2019).

Observa-se que a empresa “A” considera-se um pouco acima no mercado enquanto as empresas “B” e “C” se avaliam na média do mercado. Quanto ao planejamento para o futuro a empresa “B” pretende permanecer como está ao passo que as empresas “A” e “C” almejam crescer.

Os questionários foram respondidos pelo Analista Contábil do sexo masculino com 31 anos de idade, graduando de ciências contábeis, e com 11 anos de experiência na profissão, da empresa “A”, pela Contadora do sexo feminino com 37 anos de idade, pós-graduada em contabilidade e planejamento tributário, e com 09

anos de experiência na profissão, da empresa “B”, e pela Coordenadora Contábil do sexo feminino com 35 anos de idade, graduada em ciências contábeis, e com 12 anos de experiência na profissão, da empresa “C”. Inicialmente foi realizada uma abordagem histórica da contabilidade, foram questionadas as razões as quais a Escola Italiana foi perdendo hegemonia das questões contábeis.

Tabela 2

EMPRESA “A”	Não respondeu
EMPRESA “B”	A preocupação razoável em demonstrar a contabilidade como a ciência, priorizando que o mais importante é conhecer bem as necessidades informativas dos vários usuários da informação contábil adequada; na excessiva ênfase na teoria de contas, viabilizando totalmente a flexibilidade necessária, principalmente na contabilidade Gerencial; excessiva ênfase no desenvolvimento das contas adequando essa teoria à prática.
EMPRESA “C”	Na relativa falta de pesquisa indutiva sobre a qual efetuar generalizações mais eficazes; na excessiva ênfase na teoria de contas, viabilizando totalmente a flexibilidade necessária, principalmente na contabilidade Gerencial; excessiva ênfase no desenvolvimento das contas adequando essa teoria à prática.

Fonte: Elaboração própria (2019)

Sabe-se, conforme Ludícibus (2004) que as razões as quais a Escola Italiana foi perdendo hegemonia das questões contábeis foram, a preocupação demasiada em demonstrar a contabilidade como a ciência, esquecendo de que o mais importante é conhecer bem as necessidades informativas dos vários usuários da informação contábil adequada; na excessiva ênfase na teoria de contas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade necessária, principalmente na contabilidade gerencial; excessiva ênfase no desenvolvimento das contas sem, contudo adequar essa teoria à prática.

Também foi questionado se o desenvolvimento industrial e comercial nos Estados Unidos no início do século XX, onde o trabalho contábil ficou mais complexo diante das várias situações que afligiam o mercado, como cisões, fusões e mudanças estruturais das entidades trouxeram desenvolvimento para a contabilidade, o respondente da empresa “A” não respondeu e os respondentes das empresas “B” e “C” afirmaram que tais acontecimentos contribuíram para o desenvolvimento contábil.

Quanto as Escolas Contábeis, perguntou-se qual Escola apresentou a contabilidade como algo útil para tomada de decisão; o respondente da Empresa “A” não definiu resposta, o respondente da Empresa “B” respondeu que foi a Escola Europeia e o respondente da empresa “C” respondeu que foi a Escola Norte

Americana. Foi questionada qual Escola influenciou fortemente o referencial teórico contábil no Brasil, o respondente da empresa “A” não respondeu, enquanto os respondentes das empresas “B” e “C” responderam a Escola Europeia. Ainda sobre a evolução da contabilidade brasileira foi questionado, se desde o início teve uma significativa atuação da legislação, desta forma ficamos destinados a atender ao fisco, ou seja, ao governo ou os órgãos representativos da classe era forte e atuante com pouca interferência governamental na definição das práticas contábeis e as demonstrações financeiras atendiam primordialmente os investidores; a empresa “A” não definiu resposta e as empresas “B” e “C” responderam que a primeira alternativa estava correta.

Smicht e Santos (2008) explicam que as primeiras quatro décadas do século XX marcaram um período de desenvolvimento contábil no Brasil, tivemos o Decreto – Lei 2.627/40 Lei das Sociedades por Ações Brasileira; a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 1946; Lei 6.404/76 Lei das Sociedades Anônimas; a criação da Comissão de Valores Mobiliários através da Lei 6.385/76. Assim, perguntou-se se todos os acontecimentos contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil, o respondente da empresa “A” não respondeu, enquanto os respondentes das empresas “B” e “C” assinalaram Decreto – Lei 2.627/40 Lei das Sociedades por Ações Brasileira; a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 1946.

Quanto aos aspectos relativos a pequenas e médias empresas foram abordados algumas questões as quais estão relacionadas na tabela abaixo:

Tabela 3

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA ”C”
Não tem obrigação de prestação de contas	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO
Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO
É considerado PME quando a receita bruta em cada ano-calendário seja igual ou inferior a 81.000,00.	FALSO	FALSO	FALSO
Sócio de uma ME ou EPP optante do Simples Nacional pode ser sócio de outra ME ou EPP optante pelo Simples Nacional?	VERDADEIRO, desde que o faturamento das empresas não ultrapasse o limite total do Simples Nacional.	VERDADEIRO, desde que o faturamento não ultrapasse o limite permitido.	VERDADEIRO, desde que não ultrapassem o limite.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Observa-se que as respostas da empresa “B” divergem do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas, onde descreve que PME não têm obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Foram aplicadas questões no tocante a convergência contábil internacional, perguntou-se a definição, o respondente da empresa “A” não definiu resposta, o respondente da empresa “B” respondeu que não é homogenia e varia de cada país, o respondente da empresa “C” respondeu que são normas conforme aos padrões internacionais aplicadas nas empresas. Ainda concernente à convergência para o padrão IFRS as empresas “A”, “B” e “C” afirmaram que trouxe mudança significativa na contabilização das PME.

O grau de dificuldade quanto à aplicação da NBC TG 1000 está representado na tabela abaixo:

Tabela 4

	GRAU DE DIFICULDADE
EMPRESA “A”	Alto
EMPRESA “B”	Médio
EMPRESA “C”	Médio

Fonte: Elaboração própria (2019).

A NBC TG 1000 estabelece alguns princípios para elaboração das demonstrações contábeis e quais demonstrações que devem ser contempladas pelas pequenas e médias empresas. Foram solicitados aos respondentes dois exemplos de princípios contábeis, a empresa “A” citou o princípio da Continuidade e da Prudência, a empresa “B” não citou nenhum princípio e a empresa “C” citou o princípio da Competência Relevância. Também se perguntou quais demonstrações contábeis devem ser contempladas pela PME, abaixo segue a tabela com as respostas por empresa:

Tabela 5

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
Balço patrimonial	SIM	Não respondeu	SIM
Demonstração do Resultado	SIM	Não respondeu	SIM
Demonstração do Resultado Abrangente	SIM	Não respondeu	SIM

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	SIM	Não respondeu	SIM
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	SIM	Não respondeu	SIM
Demonstração do Fluxo de Caixa	SIM	Não respondeu	Não respondeu
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	SIM	Não respondeu	Não respondeu

Fonte: Elaboração própria (2019).

Analisa-se que a empresa “A” citou as demonstrações conforme a NBC TG 100, enquanto a empresa “C” citou em parte e a empresa “B” não citou nenhuma demonstração a ser contemplada pela PME.

No questionário foram apresentados alguns objetivos da NBC TG 1000, a tabela abaixo mostra as respostas por respondente de cada empresa:

Tabela 6

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
Plano de Contas Simplificado	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
(Mensuração/Reconhecimento/Evidenciação) + Obrigatoriedade da escrituração	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
Fluxo de Caixa e DOAR obrigatórias	FALSO	VERDADEIRO	FALSO
Partidas mensais dos lançamentos contábeis	FALSO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
Carta de Responsabilidade da Administração opcional	VERDADEIRO	VERDADEIRO	FALSO

Fonte: Elaboração própria (2019).

Foram elaboradas questões específicas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme NBC TG 1000, abaixo segue tabela com a abordagem e as respostas por empresa:

Tabela 7: Balanço patrimonial

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
Separação entre Circulantes e Não Circulantes.	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
O estoque pode ser avaliado pelo método UEPS.	FALSO	FALSO	FALSO
Reconhecer e mensurar todos ativos e passivos exigidos pela NBC TG 1000.	VERDADEIRO	VERDADEIRO	FALSO

Criação da conta “Intangível”.	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
Estimativas contábeis devem ser ajustadas retrospectivamente (Ex. Depreciações, PDD, Perdas no Estoque).	FALSO	FALSO	VERDADEIRO
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando desembolsos tiverem sido incorridos ou comprometidos, dos quais seja improvável a geração de benefícios econômicos para a entidade após o período contábil corrente.	FALSO	FALSO	FALSO
Custo de aquisição dos estoques.	Impostos, fretes, devoluções.	CMV, fretes, embalagens, energia.	Preço de compra, fretes e impostos.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 8: Demonstração de Resultado

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
Extinção da Receita Bruta	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO
Vendas com recebimento a longo prazo (+) 90 dias incluem juros	VERDADEIRO	VERDADEIRO	FALSO

Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 9: Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

	EMPRESA “A”	EMPRESA “B”	EMPRESA “C”
A entidade deve elaborar as demonstrações contábeis pelo regime de competência, exceto o fluxo de caixa.	VERDADEIRO	VERDADEIRO	VERDADEIRO
Explicação da importância da Demonstração do Fluxo de Caixa	Para o gerenciamento de controle financeiro das entidades.	Evidencia as disponibilidades da empresa.	Evidencia a capacidade de fluxo de caixa, facilita o controle financeiro.
Alterações que ocorrem no Patrimônio Líquido e que permitirão que a Demonstração de Lucros e Prejuízos acumulados (DLPA) substitua a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Alterações derivadas do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis.	Não respondeu.	Não respondeu.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Ainda perguntou-se aos respondentes das empresas três aspectos que as Notas Explicativas devem evidenciar nas demonstrações contábeis para PME, as empresas “A” e “C” responderam que devem ter informações de auxílio aos itens

apresentados nas demonstrações contábeis, resumo das principais práticas utilizadas, e declaração em conformidade com a NBC TG 1000; a empresa “B” respondeu que deve evidenciar as disponibilidades, lucros, custos de vendas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou verificar o processo de adoção nos escritórios de contabilidade no município do Recife da NBC TG 1000, analisando o grau de utilização e a relevância que os profissionais contábeis dão as normas internacionais de contabilidade aplicadas às pequenas e médias empresas.

Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a abordagem histórica da contabilidade, a evolução da contabilidade no Brasil, a definição de pequenas e médias empresas, a Convergência Contábil e a Norma Brasileira Contábil – Teoria Geral (NBC TG 1000) para pequenas e médias empresas. Aplicou-se um questionário misto em três escritórios de Contabilidade do município do Recife escolhidas pelo critério de comodidade pelo pesquisador.

Verificou-se na análise com estudo múltiplos casos, que quanto a abordagem histórica a empresa “A” não possui um conhecimento amplo, pois não respondeu nenhuma das questões propostas. Sabe-se que a Escola Norte-americana pautava todas as suas ações na perspectiva de tornar as informações contábeis úteis para tomada de decisão. Observou-se que apenas a empresa “C” concordou com essa afirmativa. Concernente a Escola que influenciou fortemente o referencial teórico contábil no Brasil, as empresas “B” e “C” afirmaram corretamente que foi a Escola Europeia.

Quanto aos aspectos relativos a Pequenas e Médias empresas observou-se que as respostas da empresa “B” divergem do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas. Outro ponto relevante constatado foi que apenas a empresa “A” se considera acima do mercado. Todavia foi a única que afirmou ter grande dificuldade na aplicação da NBC TG 1000. Contudo, foi questionado quais demonstrações contábeis devem ser contempladas pela PME, e a empresa “A” citou todas as demonstrações conforme a referida norma, enquanto a

empresa “C” citou em parte e a empresa “B” não citou nenhuma demonstração contábil. Referente aos objetivos da Norma Brasileira Contábil para PME observou-se déficit nas respostas nas empresas “A” e “B”, visto que apenas a empresa “C” apresentou todos os objetivos conforme a NBC TG 1000.

Com relação a alguns aspectos específicos das demonstrações contábeis, observou-se que referente ao Balanço Patrimonial a empresa “C” equivocou-se em contrapor a afirmação de que deve reconhecer e mensurar todos os ativos e passivos exigidos pela NBC TG 1000 e afirmar que as estimativas contábeis devem ser ajustadas retrospectivamente. Quanto a Demonstração do Resultado do Exercício sabe-se que existe Receita bruta, no entanto as empresas “A” e “C” afirmaram a extinção da receita bruta. No que se refere à Demonstração de Fluxo de Caixa todos concordaram que deve não devem ser elaboradas pelo Regime de Competência.

No que se diz respeito às alterações no Patrimônio Líquido existem alterações que podem ocorrer e que segundo a NBC TG 1000 podem substituir a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pela Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, e apenas a empresa “A” citou que as alterações derivadas do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis, conforme a Norma Brasileira Contábil para PME. Quanto à estrutura das Notas Explicativas apenas a empresa “B” respondeu de forma divergente da NBC TG 100.

Diante da análise, foram identificadas as dificuldades na aplicabilidade da NBC TG 1000 pelos respondentes dos escritórios de contabilidade estudados e concluiu-se que os principais gargalos na aplicabilidade da NBC TG 1000 foram a falta de conhecimento quanto a abordagem histórica da contabilidade e da evolução da contabilidade no Brasil. As opiniões quanto aos aspectos relativos a pequenas e médias empresas em parte divergem do Comitê de Pronunciamentos Técnicos. Quanto aos objetivos da NBC TG 1000 e os princípios para elaboração das demonstrações contábeis e quais demonstrações que devem ser contempladas pelas pequenas e médias empresas, verificou-se que não houve uma unanimidade nas respostas dos respondentes. Consequentemente pode-se inferir que as dificuldades encontradas referem-se ao conhecimento pouco explorado sobre o

tema do estudo, o que denota uma insegurança por parte dos escritórios estudados, na plena aplicação da NBC TG 1000.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial**. São Paulo: Atlas 2010.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico PME: contabilidade para pequenas e médias empresas**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>>. Acesso em: 26 out. 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 26 out. 2018.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Azxcel Books do Brasil Editora, 2004.

_____. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. **Diário Oficial da União, Brasília**, 14 mar. 1999. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3000-26-marco-1999-369704-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 out. 2018

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; Faria, Ana Cristina. **Introdução à Teoria da Contabilidade, Para o Nível de Graduação**. São Paulo: Atlas 2009.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Coversão de Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas 2009.

_____. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União, Brasília**, 14 dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2006/leicomplementar-123-14-dezembro-2006-548099-publicacaooriginal-63080-pl.html>>. Acesso em: 15 ago. 2018

LINTZ, Martins. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. São Paulo: Atlas 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; Santos, Ariovaldo dos; Iudícibus, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Fernanda Dourado; LUZ, Janayna Rodrigues de Moraes; CARVALHO, José Ribamar Marques de; CAVALCANTE, Paulo Roberto da Nóbrega. **Processo de Convergência Contábil das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras aos Padrões Internacionais: Percepção dos Contabilistas de Campina Grande, PB**. Artigo: Registro Contábil – UFAL – Macéio- Alagoas, Vol 05, nº02, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/530/pdf_22.php>. Acesso: 11 Out. 2018.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional**. São Paulo: Cengage Learning 2012.

_____. Resolução CFC nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 dez. 2009. Disponível em: <http://crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1095.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Resolução MERCOSUL nº 59/98, **POLÍTICAS DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO MERCOSUL - ETAPA II** Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res5998p.asp>> Acesso em: 15 ago. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Saraiva 2014.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada: De Acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**. São Paulo: Atlas 2017.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História da Contabilidade: Foco na Evolução das Escolas do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas 2008.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas 2010.

SANTOS, Dalgi Sequeira; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **IFRS E CPC: GUIA DE APLICACAO CONTABIL PARA CONTEXTO BRASILEIRO**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresa**. São Paulo: Atlas 2011.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Mato Grosso: SEBRAE, 2014**. Disponível:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD.php>> Acesso em: 05 ago. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.